

# O fim da África Austral branca

**N**o contexto das independências da África Subsariana, também conhecida como África Negra, isto é, da sua libertação face aos regimes coloniais das potências europeias, a África Austral justifica uma abordagem especial. Até porque foi o conjunto regional que encerrou o processo de descolonização.

## De Berlim à 1.ª Guerra Mundial

Excluindo os casos particulares da Libéria, Estado já soberano antes da partilha colonial do continente africano na Conferência de Berlim (1884-1885) e da Etiópia, independente quando dessa partilha e que Mussolini tentou colonizar numa experiência efémera a que a sua derrota na 2.ª Guerra Mundial de 1939-1945 pôs termo, a África Negra foi, a partir de 1885, partilhada pelos impérios coloniais europeus. Os vários modelos coloniais não eram uniformes e destacaram-se quatro grandes impérios: o francês, que predominou na África Ocidental e Central com algumas presenças na África Oriental; o britânico que concretizou o projecto “do Cabo ao Cairo”, ao longo da África Oriental e com algumas extensões importantes na

África Ocidental; o português, com o seu projecto “da costa à contra costa”, levado a Berlim com o “Mapa Cor-de-Rosa”, mas que se frustrou porque chocava com o projecto britânico no *binterland* rodesiano do que são hoje, aproximadamente, a Zâmbia e o Zimbábue, acabando por ficar com um império disperso em que sobressaíam as grandes colónias de Angola e Moçambique; o belga, melhor dizendo o do rei dos belgas, dominando a bacia do rio Zaire (ou Congo) e a região dos Grandes Lagos cuja dimensão, posição geoestratégica e potencial económico justificam a sua inclusão nestes grandes impérios. A ambição alemã de edificar um império colonial africano esfumou-se com a sua derrota na 1.ª Guerra Mundial de 1914-1918.

A África Austral foi, desde o início da era colonial, influenciada por um actor determinante, a África do Sul. Foi aqui que se fixaram as primeiras grandes colónias europeias no interior, quando o continente ainda apenas interessava como base de feitorias costeiras, de apoio à navegação para o Extremo Oriente e para as Américas ou às breves penetrações para comércio de ouro e de escravos. O clima ameno atraiu

o assentamento de colonos holandeses, promovido pela Companhia das Índias desde meados do século XVII que se dedicaram à agricultura e criação de gado, fundando a comunidade boer (fazendeiro). Nos princípios do século XIX chegaram os ingleses e, depois da Conferência de Berlim, a sua transformação em colónia britânica deu origem à resistência boer e à sua posterior fuga para o interior nordeste e fixação no vale do rio Orange, o *great track*, onde viriam a descobrir as suas abundantes riquezas mineiras, fonte do vertiginoso desenvolvimento económico da região em torno da qual passaria a girar todo o sul do continente. Os ingleses não iriam desperdiçar a oportunidade de a incluir no seu império em ascensão, dando lugar à Guerra Anglo-Boer. Com a constituição dos domínios britânicos no seio da *Commonwealth* nasceria, em 1910, a União Sul Africana, onde a comunidade boer viria a conquistar hegemonia e a afastar-se progressivamente de Londres. Em 1961, torna-se independente como República da África do Sul (RAS), mas já em 1948 assumira oficialmente o regime de *apartheid*. A influência da RAS, potência regional destacadíssima, viria a ser determinante nos processos de independência que se seguiram à 2.ª Guerra Mundial. É opinião consensual que é na 1.ª Guerra Mundial que podem encontrar-se as primeiras causas das lutas pelas independências africanas (bem como as asiáticas, que não trataremos aqui), pelo despertar da consciência de milhares de homens das colónias, chamados a combater nas fileiras dos exércitos aliados por uma liberdade que, afinal, não seria a deles. A verdade é que, logo a seguir, têm lugar os Congressos Pan-Africanos, dinamizados por líderes negros da América, entre os quais se destaca William Du Bois, o 1.º em Paris em 1919, o 2.º em Paris e Londres em 1921, o 3.º em Londres em 1923 e, em 1927, constitui-se em Bruxelas a Liga Contra o Imperialismo. Numa linha mais radical, Marcus Garvey lidera um grupo que dinamiza o Movimento Pan-Negro. Por outro lado a grande depressão de 1929-1933, afectando as economias das colónias dependentes do mundo industrializado, também contribuiria para a tomada de

## SADC – COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL



Fonte: epp.eurostat.ec.europa.eu

consciência anti colonial. Na própria Europa, o crescimento de partidos socialistas e comunistas também alimentaria a contestação anti-imperialista e anti-racista e teve eco nas colónias. Na sequência desta movimentação transnacionalista, começaram a surgir nas várias colónias associações culturais, sociais, políticas ou meramente recreativas, de cariz nacionalista, embriões de futuros partidos políticos e, onde estes foram reprimidos, dos movimentos de libertação que se viram obrigados a recorrer à luta armada.

## O fim do colonialismo europeu

O período entre as duas guerras mundiais, de 1918 a 1939, seria o do apogeu do colonialismo em África, com a fixação europeia, a exploração das matérias-primas e reserva de mercados para exportação de produtos acabados nas metrópoles industrializadas. As colónias foram encaradas como factores decisivos para o alargamento do “espaço vital”, conceito geopolítico que se vinha impondo nos jogos de poder entre as grandes potências desde o início do século XX. A África do Sul, caso atípico de colonialismo interno, mas não sujeito ao condicionalismo económico de uma metrópole distante, procedia à instalação de importantes parques industriais.

O desfecho da 2.ª Guerra Mundial ditaria, porém, o fim do colonialismo europeu. À mesma influência da 1.ª Guerra Mundial na consciencialização dos africanos que haviam combatido nas fileiras dos aliados, agora amadurecidos por décadas de politização de elites urbanas, acrescentou-se a fundação da ONU e a instalação de um sistema mundial bipolar, com os dois blocos liderados por

## AS REGIÕES AFRICANAS



Fonte: Grande atlas histórico. Diário de Notícias. Lisboa: Global Notícias, 2006.

superpotências que condenavam os regimes coloniais, declarados incompatíveis com a nova ordem nascente. A retomada dos Congressos Pan-Africanos, nomeadamente o V em Manchester em 1945, daria um impulso decisivo à luta pela independência. A ruptura final seria determinada pela Conferência de Bandung, em 1955, entre cujos princípios se destacava a determinação de pôr fim ao colonialismo. Em África, com as primeiras independências, os Congressos Pan-Africanos deram lugar às Conferências dos Estados Africanos Independentes, a primeira das quais teve lugar no Gana em 1958 e às quais passaram a comparecer representantes das colónias em luta pela libertação.

Na África Subsariana as independências desenvolveram-se em duas vagas e estas revestiram-se de dinâmicas distintas. A primeira vaga, nos finais da década de 50 e princípios da de 60, só tardiamente atinge a África Austral: Tanzânia, Zâmbia e Malawi em 1964 e os antigos protectorados britânicos encravados na RAS, Botsuana, Lesoto e Suazilândia entre 1966 e 1968. Com esta primeira vaga criar-se-ia em África uma fronteira entre os Estados independentes

de maioria negra e os territórios da África Austral onde vigoravam regimes dominados por minorias brancas, *apartheid* na RAS e na Rodésia do Sul, colónias portuguesas de Angola e Moçambique e Namíbia, administrada pela RAS na sequência de um mandato que fora concedido pela Sociedade das Nações à União Sul Africana mas revogado em 1966 pela ONU. As independências desta primeira vaga, obtidas na base de negociações com as potências coloniais, deram lugar a transições relativamente pacíficas mas carregadas das contradições que estes processos comportam. Como salienta Basil Davidson<sup>1</sup>, a transferência mecânica do modelo do estado-nacionalismo através de partidos políticos sem implantação sociológica e sem tradição democrática, porque nas colónias vigoravam ditaduras mesmo quando as metrópoles viviam em democracias liberais, visava preservar interesses económicos europeus através de estruturas clientelares ligadas aos novos poderes políticos. Foram pretensas concessões, como se as independências fossem dádivas generosas das potências coloniais.

Vários factores contribuíram para que a segunda vaga na África Austral viesse a pro-

cessar-se de maneira diferente. Em primeiro lugar, a recusa de Portugal em reconhecer o direito dos povos das suas colónias à autodeterminação e independência teria como consequência a passagem da luta de libertação ao patamar armado, uma guerra colonial protagonizada por movimentos de libertação nacional, que conferia à transferência do poder um sentido de ruptura revolucionária, demonstrando o óbvio, isto é, que as independências são conquistas sofridas e árduas dos povos colonizados. Em segundo lugar, a experiência do antigo Congo Belga. Aí se chocaram, frontal e deliberadamente, a tentativa de Bruxelas para impor, na sombra, um modelo neocolonial apoiado pelos seus aliados da OTAN e pela própria ONU, e o projecto de ruptura de Patrice Lumumba, apesar de este não vir de uma guerra de libertação, e que culminaria com o seu assassinato e com a entrega do poder a Tshombé e, depois, a Mobutu. Esta autêntica conspiração constituiu um alerta para outras colónias ainda em luta pela independência e um pretexto para manobras que levassem ao seu adiamento e ao reforço dos regimes de minoria branca. Pelo seu papel geoestratégico, a instabilidade na República Democrática do Congo tem sido um factor de permanente desestabilização em toda a África Subsariana e, apesar de periférica em relação à África Austral, tem tido aqui enorme influência.

### O fim do domínio branco

Por fim, a constituição da Organização de Unidade Africana (OUA) em 1963 veio a ter papel semelhante ao que teve Bandung na primeira vaga, uma vez que desde a sua primeira assembleia fundadora assumiu como tarefa prioritária a coordenação da pressão para acabar com o colonialismo em África. As independências da África Austral, que tiveram início em Moçambique e Angola no ano de 1975, seguindo-se em 1980 o Zimbábue, em 1992 a Namíbia e culminaram em 1994 na RAS com o fim do *apartheid*, configuraram a segunda ruptura na África Subsariana. Foram processos longos, complexos e violentos, em que se cruzaram lutas de libertação, guerras civis, conflitos regionais e o confronto Leste-Oeste. Citando Frantz Fanon<sup>2</sup> «Cada

### ÁFRICA AUSTRAL

Há distintas visões sobre o que deve ser considerado como África Austral. Podem assinalar-se 3 perspectivas:

- Restrita: RAS e territórios mantidos durante muitos anos na sua órbita política e económica, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia (África Austral);
- Intermédia: Restrita mais Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia e Malawi; conjunto de Estados cujos trajectos para as independências foram, ainda que em graus diferentes, afectados pela ascensão do *apartheid* na RAS e que, uma vez independentes, contribuíram decisivamente para o seu termo (África Austral mais África Subtropical);
- Alargada: Correspondente à SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), herdeira da SADCC (Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral) formada em 1980 por Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Tanzânia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia; a SADCC passaria a SADC em 1992 com a admissão da Namíbia, vindo depois a integrar a RAS, Maurícia, República Democrática do Congo, Seicheles e Madagáscar.

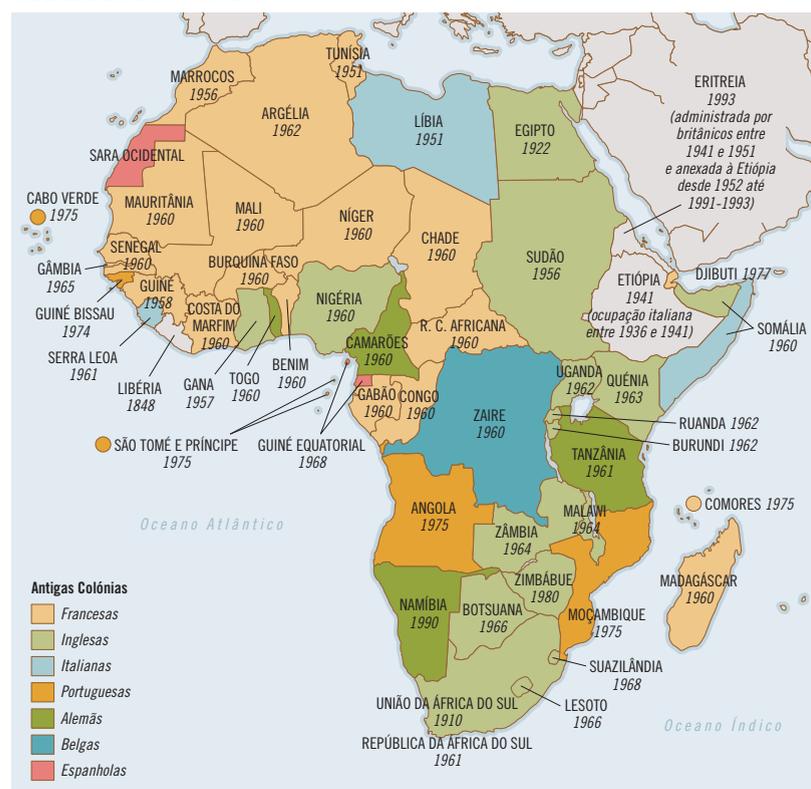
*rebelião, cada sedição no Terceiro Mundo insere-se no quadro da Guerra Fria».*

O fim do domínio branco na África Austral encerrou o ciclo colonial na África Subsariana e, ao contrário do que muitos apóstolos do catastrofismo anunciavam, não foi necessário empurrar todos os brancos para o mar. Depois de um êxodo temporário, mais consequência da instabilidade e insegurança provocadas pelo agravamento das guerras no pós-independência do que pela mudança do poder político, aí estão, de novo, cidadãos das antigas metrópoles coloniais de regresso, sem qualquer trauma e prontos a responder aos novos desafios da globalização, inseridos em comunidades onde vigora o poder das maiorias africanas. Poderá constituir um exemplo a ter em conta noutras paragens onde também se invoca a impossibilidade de comunidades em conflito endémico poderem vir a coexistir, pacificamente, num mesmo Estado multiétnico e multiconfessional. ■

<sup>1</sup> DAVIDSON, Basil — *O fardo do homem negro; os efeitos do estado-nação em África*. Campo das Letras, Porto, 2000

<sup>2</sup> FANON, Frantz — *Os condenados da terra*. 1961

### INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS



Fonte: AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos — *Guerra Colonial*. Diário de Notícias, Lisboa.